

Cidades em conflito; Conflitos nas cidades.

Organização: João Sette Whitaker Ferreira

Com a colaboração de Karina de Oliveira Leitão

É cada vez mais evidente que as cidades no mundo estão em ebulição. Desde 2007, mais da metade da população mundial é urbana, e a pobreza no mundo exacerba-se na desigualdade das cidades. Os ciclos virtuosos de crescimento econômico sob a égide do capitalismo, embora festejados, reforçam um modelo de cidades irracional e insustentável. Antagonicamente, no capitalismo dominante, crescimento econômico é sinônimo de concentração das riquezas, o que nas cidades se reflete no aumento generalizado da informalidade urbana, da precariedade habitacional, da segregação e da injustiça espaciais.

Seria um erro acharmos que essa é uma mazela brasileira. Na lógica capitalista, como nos mostra Flávio Villaça em seu texto, toda e qualquer cidade está sujeita a ferozes disputas por localizações. Estado, mercado e sociedade são os atores de um conflito que nada mais faz do que espacializar e territorializar as tensões econômicas e sociais. Como diz Tom Angotti, não podemos deixar-nos enganar pela falácia de que o problema urbano diz respeito à própria cidade e não às relações sociais que governam a sociedade.

Se a cidade capitalista é estruturalmente um espaço de conflitos, em qualquer parte do mundo, é verdade que a condição histórica de dependência externa e subdesenvolvimento, marcada pela herança escravocrata, pela violência como marca da sua formação social, e pela dominação patrimonialista, exacerba ainda mais a tragédia urbana que assola as cidades da América Latina, como nos mostra Tom Angotti em seu texto.

Mas não só no nosso continente, e sim nas cidades capitalistas de todo o mundo, mergulhadas em um conflito estrutural decorrente da sua própria lógica de formação, estouram os conflitos urbanos reivindicando o direito à cidade. A corda está tensionada ao extremo, delimitando um tênue equilíbrio entre civilização e barbárie, para usar a consagrada formulação de Domingo Sarmiento. Mas hoje não há dúvidas de que, como mostraram por aqui as manifestações de 2013, quando a corda estourar, será no cerne de conflitos urbanos. Como nos mostra Agnès Deboulet em seu texto, generaliza-se pelo mundo a ação coercitiva do grande capital, em todas suas facetas, associado ao poder público, para promover dinâmicas de “renovação urbana” que se valem da aplicação tendenciosa da lei (ou da sua não aplicação), da ideologização de modelos urbanos comercialmente “desejáveis”, das remoções forçadas e da violência sobre os mais pobres, para promover o domínio absoluto da cidade do mercado, exclusiva das classes dominantes.

No que isso vai dar? Gabriel Feltran nos mostra em seu texto como, no Brasil, nem o trabalho, nem o direito, nem a filantropia, nem o dinheiro têm sido capazes de mediar os conflitos urbanos, que passaram a serem enfrentados por uma nova gramática, a da guerra. *“O declínio figura do trabalhador cidadão que se move no espaço público, centro da cidade moderna, faz reemergir, em sua contraposição, a figura do inimigo interno e da privatização da experiência, marcada por fronteiras urbanas a vigiar e bandidos a combater”*. Uma gramática que, como apontou Agnès Deboulet para o caso de diversas cidades do mundo, afeta de maneira muito mais drástica os jovens pobres e negros.

Estas são as temáticas de reflexão que este número, dedicado à crise nas cidades e os conflitos dela decorrentes, traz ao leitor.

CONFLITO URBANO E GRAMÁTICAS DE MEDIAÇÃO

GABRIEL DE SANTIS FELTRAN

Professor do Departamento de Sociologia da UFSCAR, pesquisador do CEM e do Cebrap.

Há diferentes gramáticas para se lidar com o conflito social inscrito na vida urbana. A expansão do trabalho assalariado foi a principal aposta brasileira para a mediação de conflitos estruturais, até os anos 1980. O alargamento dos mercados de trabalho redundaria na *incorporação* dos anseios de mobilidade social de famílias rurais, migrantes, pobres e católicas ao projeto de modernização e urbanização do país. Mais do que isso, a aposta na expansão do trabalho assalariado implicava num duplo movimento: i) os pobres seriam agora “trabalhadores” urbanos, e há um lugar na estrutura social para os trabalhadores, portadores de dignidade incontestes; ii) o conflito entre trabalhadores e patrões, nas fábricas e supermercados, nas feiras livres, nas oficinas mecânicas e nas casas de família seriam mediados pela expansão dos direitos do trabalho, fundamento para a aquisição dos demais direitos. A gramática do trabalho e dos direitos do trabalhador continha uma aposta, portanto, numa saída política e estatal de *mediação* do conflito urbano. Até os anos 1980, essa aposta funcionou como gradiente político e difundiu noções como democracia e direitos da cidadania no tecido social. A contrapartida para as desigualdades produzidas pela livre concorrência seria a aquisição de direitos civis, políticos e sociais. Os pobres seriam incorporados aos mercados e à cidadania como contrapartida social da espoliação. A cidade industrial teria sua comunidade política amparada pela presença estável, ainda que subalterna, dos trabalhadores.

O deslocamento sistemático dessa gramática, a partir dos anos 1990, foi notável. Caudatário das chamadas reestruturação produtiva, reforma do Estado e liberalização agressiva dos mercados, esse deslocamento produziu as condições fundamentais para a emergência de novas formas de lidar com o conflito social. A filantropia ressurgiu com cara nova: o sopão que empresários espíritas ofereciam aos moradores de rua agora possibilita o uso de selos de mercado por ‘Empresas Amigas da Criança’. Fundações e institutos floresceram fomentando ao mesmo tempo a “responsabilidade social” e o lucro empresarial. O que era direito, nessa chave é oportunidade de empreender. Politicamente, apostava-se na expansão do consumo como forma de vida comum entre ricos e pobres: o dinheiro e a capacidade de obter bens de consumo mediariam a conflitividade social. Crédito para moradia popular, carros, motos e eletrodomésticos, mas também para atividades educacionais, de cultura e esporte, para além de quaisquer formas de “empreendedorismo”, tornam-se o eixo da política social de governos, entendida agora também como política econômica, no modelo “bottom-up”. O modo de estruturação do Programa Minha Casa Minha Vida talvez seja o exemplo mais acabado da fusão entre as lógicas de expansão do consumo popular e de sustentação da financeirização da economia, nos marcos de uma política social.

Mas em muitas situações contemporâneas, o conflito urbano tem sido mais radical e sua resolução, mais violenta. Nessas situações, nem o direito, nem a filantropia, nem o dinheiro tem bastado para mediá-lo. As taxas de homicídio no país, o crescimento do encarceramento e o recrudescimento da violência policial demonstram que em diversos momentos têm-se acionado a gramática da *guerra* como única gramática possível de resolução do conflito urbano. As Unidades de Polícia Pacificadora, na zona sul do Rio de Janeiro, talvez sejam o corolário dessa perspectiva. Militarizar fortemente – e

permanentemente – as favelas próximas a zonas de elite seria o fundamento para a ‘pacificação’ da cidade. Aciona-se então a uma gramática oposta àquela dos direitos, que se distancia também das lógicas filantrópica ou puramente econômica. O declínio figura do trabalhador cidadão que se move no espaço público, centro da cidade moderna, faz reemergir, em sua contraposição, a figura do inimigo interno e da privatização da experiência, marcada por fronteiras urbanas a vigiar e bandidos a combater. Nessa forma de conceber a cidade como fundamentalmente dividida, o *direito* universal perde seu sentido heurístico de coesão – não se oferece direitos a bandidos – e é a noção de *segurança* a que emerge como base para a sociabilidade.

O conflito urbano brasileiro têm migrado, a passos largos, das formas de mediação *política* às formas de expressão *violenta*. Se o desemprego, o custo de vida ou a carência de moradia já foram as principais pautas dos movimentos de trabalhadores no passado – hoje a “violência urbana” é tema central. Territórios de pobreza voltam a ser vistos como lugares de risco e as políticas sociais tendem a ser concebidas como prevenção à violência, quando não como contraface imediata de políticas repressivas. O encarceramento quintuplicou, em São Paulo, desde os anos 1990 e, em 15 anos, mais de um milhão de paulistas passaram pelas prisões; muitos deles voltaram para elas muitas vezes e, de dentro delas, floresceu o Primeiro Comando da Capital. Um em cada dez habitantes da cidade teve um parente próximo preso. Todos os que moram nas periferias sabem que as facções criminais são instâncias de poder muito relevantes no desenrolar da vida cotidiana.

A cidade vem se refazendo em condomínios fechados, sorrisos filmados, vidros blindados e arames farpados em espiral. Essa escalada securitária, entretanto, não cumpre sua promessa. Ao contrário, a expansão do “mundo do crime”, seja em sua legitimidade cotidiana entre os setores populares, seja impulsionado pela criminalização da pobreza e do protesto social, é cada vez mais notável. Se há 30 anos os operários sindicalizados e os participantes de Comunidades de Base católicas eram vistos como lideranças comunitárias em favelas e periferias, hoje é nítido, na pesquisa de campo que realizo, que os integrantes do PCC têm ali bastante mais força do que eles. Se há quarenta anos o horizonte discursivo de resolução do conflito urbano entre os pobres era sobretudo *político* – atos públicos, luta por direitos, construção de um partido – agora o horizonte é o conflito *violento*: *bater de frente* com a polícia, *virar a cadeia*, *apavorar a playboyzada*. Se a batida do samba era expressão de um conflito social que podia ser expresso em sorrisos e metáforas bem humoradas, o rap e o funk das periferias são tão mais carrancudos quanto menos palatáveis ao gosto das elites.

Tanto o controle repressivo quanto a financeirização da pobreza se tornaram o centro das tentativas de produzir governo urbano, nos anos 2000. As ideias de “segurança pública” e de “consumo” se tornaram centrais. A diferença nos modos de tratar os pobres é, então, bastante clara. Esse novo dispositivo não propõe incorporação dos setores pauperizados à cidadania, mas uma triagem entre eles, centrada na sua funcionalidade aos mercados. Crédito popular aos funcionais, repressão aos “desviantes”; há simultaneamente negócios a expandir e uma zona de guerra na qual combater, uma divisa social a monetarizar e uma fronteira urbana a defender. Monetização e militarização se combinam em uma estratégia única: telefones celulares, telas planas e automóveis devem chegar às favelas, para os negócios funcionarem, mas favelados não devem chegar até nós.

Os efeitos dessa nova gramática para o conflito urbano são radicais. A tradicional associação entre pobreza e marginalidade agora enseja um deslocamento nos pressupostos pelos quais se pode conceber – e portanto categorizar – a “questão urbana”. Em São Paulo, a fortíssima criminalização da pobreza e o aumento agressivo do encarceramento desde os anos 1990 estimulou, como reação, uma igualmente forte legitimação do “mundo do crime” em favelas e periferias, sobretudo por meio da expansão do Primeiro Comando da Capital. A trajetória política dessa facção tem consequências notáveis no cotidiano de toda a cidade, por vezes pouco **notáveis** pelas classes médias e elites. No Rio de Janeiro,

onde não há uma facção criminal tão legítima socialmente nas favelas e periferias, nem uma política de encarceramento massivo como em São Paulo, o processo conduziu a uma forte militarização urbana. Mas esse deslocamento rumo ao diagrama da guerra não ocorre apenas em São Paulo, ou no Rio de Janeiro; a forma social desse dispositivo inscreve-se também em dinâmicas transnacionais que reelaboram a condição de subalternidade social agora com outros conteúdos, como o racismo, a xenofobia, o terrorismo, a intolerância religiosa. Se o imigrante magrebino já foi visto como operário, e tinha seu lugar estável e subalterno na vida de Paris, hoje sua presença é lida como uma ameaça potencial aos valores da República.

Em suma, temos hoje uma nova gramática para lidar com conflitos sociais e urbanos, mais próxima da metáfora da *guerra*, que atinge nossos cotidianos de modo muito desigual. O dia a dia de usuários de crack, traficantes de drogas, ex-presidiários e prostitutas da cidade de São Paulo é marcado por conflitos. O cotidiano de trabalhadores das periferias também é marcado por muitas tensões. A rotina de um professor universitário, como eu, ou de um ativista por direitos humanos, como alguns dos meus amigos, também é repleta de conflitos. Assim também é a vida de empresários e banqueiros. O conflito é constitutivo de qualquer situação social, por definição, numa sociedade capitalista tão desigual. Mas uma diferença fundamental nos aparta socialmente em duas grandes categorias: aqueles imediatamente expostos à violência estatal e aqueles que seriam por ele protegidos. Para os primeiros personagens urbanos citados, os conflitos vividos cotidianamente estão muito mais próximos de ameaças ou agressões físicas, por vezes envolvendo armas de fogo, do que para os restantes. No limite, entre eles esses conflitos redundam muitas vezes em violência letal, homicídio. Durante minha pesquisa de campo em favelas e periferias de São Paulo, bem como nas pesquisas de colegas que lidam com traficantes, ladrões, moradores de rua, usuários de crack e prostitutas, a morte violenta foi muito frequente. Não perdi nenhum colega de universidade, nem amigos de escola, mas perdi diversos interlocutores de pesquisa assassinados, nos últimos quinze anos. Muitos deles antes de completarem 20 anos de idade. Banqueiros, professores e motoboys habitamos as mesmas cidades de traficantes e policiais, mas é fato que vivemos formas radicalmente diferentes de exposição à violência, sobretudo à violência armada, sua expressão radical.

A letalidade na resolução de litígios, no Brasil como em outros países, é muitíssimo mais alta entre os pobres, negros, jovens. É progressivamente mais alta, ainda, conforme a pobreza e a opressão social se radicalizam. Ladrões e traficantes, ex-presidiários e moradores de rua morrem aos montes no Brasil – temos cerca de 50 mil homicídios por ano, parte importante deles cometidos por policiais. Homicídios legitimados socialmente, ainda que ilegais. Os que não morrem, encontram na prisão, nas clínicas de ‘recuperação’ e nas de ‘saúde mental’ lugares fechados onde permanecer por um tempo. Em todos os casos, podem encontrar nas igrejas evangélicas locais onde se ‘recuperar’, o que significa basicamente disciplinar suas condutas para inscrição subalterna nos mercados. Não os direitos, mas Jesus os encaminha para uma vida melhor.

A tradição das Ciências Sociais nos ensinou que quanto menor a legitimidade das formas de governo, mais coerção é necessária para manter o modo de dominação. As cidades brasileiras comportam muita violência e são seletivamente violentas. Essa nova gramática de figuração do conflito urbano necessita de muita violência estatal para funcionar. Movimentos sociais urbanos, hoje, não falam apenas em moradia, saúde e educação, mas têm como palavras chave a militarização, o encarceramento e o extermínio de jovens negros. O conflito urbano contemporâneo, nessa perspectiva, não parece tender à formas negociadas de resolução, mas a formas cada vez mais violentas de mediação. Oferecer crédito e capacidade de consumo para os pobres foi a contrapartida para a militarização urbana da última década. Em situação de crise econômica, entretanto, essa contrapartida pode perder força e, nesse

caso, as saídas violentas tendem a ser ainda mais presentes. Repolitizar as mediações do conflito urbano me parece, portanto, uma urgência da qual não deveríamos nos furtar.